

Dossiê Violência Doméstica contra as Mulheres

Dossier Violencia Doméstica contra las Mujeres

Dossier Domestic Violence against Women

Maria Luzia Miranda Álvares

Os estudos sobre a questão de gênero têm condicionado o exame de inúmeros temas sobre a situação da mulher. Nesses temas que tenho adentrado por força da militância, o enfoque sobre as mulheres em situação de violência tem favorecido algumas reflexões gerais e pontuais. As descobertas desse campo de estudos implicam a imersão em várias áreas de conhecimento não só o das Ciências Humanas, mas das Ciências da Saúde, Ciências da Comunicação e de todas aquelas áreas que favorecem o reconhecimento da importância de tratar do princípio norteador dos direitos humanos.

Numa recente intervenção sobre o tema da violência de gênero, me baseei em dois textos recentes da literatura brasileira sobre o assunto e alguns pontos levantados pelas autoras que me proporcionaram a ampliação de conhecimentos no campo do que uma delas chamou de “paradigma da violência contra a mulher”.

A área temática dos estudos sobre violência contra as mulheres expandiu a literatura mundial sobre o assunto e desde o início dos anos 1980, no Brasil, tornou-se expressivo o combate a esses fatos com o objetivo de dar visibilidade à situação de violência. Nos estudos e pesquisas iniciados nesse período, são evidenciadas as denúncias a esses atos por meio do levantamento de dados nos distritos policiais

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCG/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; Mestre em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e Doutora em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É jornalista de “O Liberal”/PA; coordenadora do GEPEM/UFPA e Coordenadora Regional do OBSERVE.
E-mail: luziamiranda@gmail.com

e, principalmente, na primeira delegacia da mulher do Brasil (e do mundo) criada na cidade de São Paulo, em agosto de 1985. A tarefa primordial dessas pesquisas era conhecer quais eram os crimes mais denunciados, quem eram as mulheres que sofriam a violência e quem eram seus agressores. Entre as acadêmicas responsáveis por esses estudos, as teorias para basear as análises revelavam-se importantes. Assim, Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) identificaram três correntes teóricas que foram usadas na análise dos dados coletados: 1) *corrente da dominação masculina*; 2) *corrente dominação patriarcal*; 3) *corrente relacional*.

A dominação masculina é a primeira corrente teórica observada de um artigo da filósofa Marilena Chauí - “Participando do Debate sobre Mulher e Violência” – focando a situação com a evidência resultante “na anulação da autonomia feminina que passa a ser concebida tanto como “vítima” quanto como “cúmplice” da dominação masculina”. Para a autora, a “concepção da violência contra as mulheres é resultado de uma ideologia que define a condição ‘feminina’ como inferior à condição ‘masculina’”.(SANTOS & IZUMINO, 2005, p. 3)

A corrente da dominação patriarcal foi introduzida no Brasil pela socióloga Heleieth Saffioti (1934-2010) sustentando uma perspectiva feminista e marxista do patriarcado. Dizem Izumino & Costa(2005, p.4) que a autora vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista apontando que “o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isso, ele é também um sistema de exploração. (...)” Para Saffioti: “as mulheres se submetem à violência não porque “consintam“, mas são forçadas a “ceder” porque não têm poder suficiente para consentir”.

Quanto à corrente relacional relativiza a perspectiva dominação-vitimização sendo exemplificada no trabalho de Maria Filomena Gregori “Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista” (1993,). Como observadora e participante do SOS-Mulher de São Paulo, entre fevereiro de 1982 e julho de 1983, a autora “analisa as contradições entre as práticas e os discursos feministas na área de violência conjugal e as práticas das mulheres que sofrem violência com base em

sua experiência” e constata que as mulheres atendidas “não buscam necessariamente a separação de seus parceiros”. Mediante entrevistas com as mesmas, a autora argumenta que elas “não são simplesmente “dominadas” pelos homens ou meras “vítimas” da violência conjugal”. Ou seja: “ao denunciar a violência conjugal, elas tanto resistem quanto perpetuam os papéis sociais que às vezes as colocam em posição de vítima”. (GREGORI, 1993, p. 6, 7 e 8).

Este resumo com base na exposição de Santos & Izumino demonstra que a violência contra as mulheres se processa em análises acadêmicas contributivas ao entendimento dessa situação e têm rompido com alguns paradigmas conceituais, além de fortalecerem as demandas por políticas públicas de enfrentamento ao problema.

Os oito textos que compõem este dossiê revelam aportes motivadores para os debates em torno de assuntos que circulam hoje no espaço público, embora anteriormente Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) fossem restritos a conversas ao pé do ouvido em espaços privados quando havia o refrão: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Esses temas têm sido norteadores das políticas públicas implementadas em todas as instituições responsáveis pelo combate à violência doméstica, quais sejam: a área de segurança pública, a de operadores do Direito (Ministério Público, Defensoria, Varas especializadas, Juizados), a dos direitos humanos. E têm formado militâncias acadêmicas feministas responsáveis pelo controle social dessas políticas.

Na exposição dos enfoques dos/das autores/autoras, há preocupação de identificar onde se acha/localiza o momento da ação violenta contra as mulheres. Assim, em **Vida Doméstica e Práticas de Violência contra as Mulheres**, Maria Luzia Miranda Álvares aponta os modelos de representação social feminino como responsáveis pela manutenção do *status quo* de um comportamento “para o lar”. Vê mudanças nesse modelo neste século XXI, mas considera ainda forte a dimensão de um “patriarcado contemporâneo” (MACHADO, 2000). Em seu texto, a autora avalia “em que medida a educação feminina tem sido fator para manter a cultura da violência contra as mulheres, se ainda lhes é exigida a conduta passiva das tarefas domésticas”. E argumenta

sobre a reversão da situação a partir das políticas de implantação da Lei Maria da Penha, em 2006.

Direitos Humanos das Mulheres e Controle da Atividade Estatal: o caso Maria da Penha, de Luanna Tomaz de Souza, reflete “acerca dos mecanismos de controle da atividade estatal no âmbito dos direitos humanos das mulheres à luz do Caso Maria da Penha.” Ao ser denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH), esse caso repercutiu em políticas de enfrentamento à violência conjugal, ensejando, inclusive, a promulgação de uma lei específica, no Brasil, para tratar da violência doméstica e familiar cometida contra a mulher, a Lei nº 11.340/2006.

A multiplicidade de olhares sobre a questão debatida neste dossiê é um fato. A pesquisadora da área de Comunicação Social e Ciência Política Rayza Sarmiento, no texto **Narrativas Online como Forma de Expressão Política: o compartilhamento de experiências acerca da Lei Maria da Penha na internet**, explora “a interação comunicativa entre mulheres de uma rede social na internet, construída para discussões sobre a lei brasileira de combate à violência doméstica contra a mulher (Lei Maria da Penha)” tendo como mote interacional a “forma de expressão política sobre um problema coletivo”. Subsidiou sua reflexão sobre o ambiente online a noção de “*narrativa*” de Iris Young o que possibilitou observar, por meio das narrativas das experiências dessas mulheres, o foco de expressão política sobre o que afeta as vítimas da violência e a partir daí “estabelecer pontes críticas sobre legislação.”

Em **Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: um olhar na realidade do Estado do Pará**, Rosana Ribeiro Moraes apresenta uma análise da evolução das propostas de políticas públicas no período de 2007-2012, pelo governo do Estado do Pará. Neste aspecto, trata dessas políticas como enfrentamento ao fenômeno da violência contra as mulheres, notadamente, a violência doméstica e familiar. Nesse período, as ações da política assumiram o *status* de política pública de Estado, a partir da adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Um estudo descritivo com abordagem quantitativa e tendo como objetivo conhecer o perfil, as preocupações e as incomodações das mulheres vítimas de violência atendidas na DEAM-Belém, é o que apresentam Vera Lucia de Azevedo Lima e Andrey Ferreira da Silva em **Conhecendo o Perfil e os Sentimentos de Mulheres Vítimas de Violência Atendidas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Município de Belém**. Antecipando alguns resultados, os autores informam que das 300 mulheres entrevistadas contabilizaram “23% na faixa etária entre 26 a 30 anos; 40,6% sofreram agressões psicológicas; 49,5% foram agredidas na cabeça/face” sendo que uma das grandes preocupações destas mulheres era quanto às ameaças dos agressores”. E informam que consideram a enfermagem fundamental para o “cuidado das necessidades humanas básicas das mulheres vítimas de violência”.

Milena Fernandes Barroso no artigo **Experiências de Violência Doméstica no Contexto Indígena: percepções das mulheres saterémawé** adentra uma área pouco estudada referente às mulheres indígenas. Avalia a percepção destas quanto à violência que se abate contra elas no cotidiano da comunidade, vivenciando situações de incômodo e de sofrimento. Com base em suas histórias de vida, estas mulheres apontaram a violência como um fenômeno social de múltiplas significações supondo, para melhor compreensão, a referência a novos conceitos relacionados às diferenças culturais.

“A violência contra a mulher constitui um desafio à saúde pública.” Com esta assertiva, os/as pesquisadores/as Liliane Silva do Nascimento, Caio de Andrade Hage, Ana Márcia Spanó Nakano, Priscila Scerne Bezerra de Azevedo e Angelina Lettiere trataram de um outro ângulo da vitimização feminina no texto **Violência contra a Mulher e Consequências à Saúde Bucal**. Para esse grupo, “O trauma facial produzido pela violência além de reflexos físicos incide sobre a autoimagem”. E partindo de uma análise de 436 laudos de janeiro/2006 a dezembro/2010 procuraram identificar traumas faciais em vitimizadas através de estudo no IML de Belém/PA. E apontaram a prevalência de trauma facial em um percentual de 23,59%, querendo dizer que “de cada 4 mulheres agredidas, uma tem lesão de face” cuja avaliação clínica revelou danos em lábios, luxação dentária, fratura

parcial e total de coroa ou raiz dental, perda de elementos dentários e outros.” Esta situação da saúde da mulher é pouco estudada entre nós, mas tem alta relevância em todos os âmbitos da vida feminina, haja vista que as vítimas geralmente são mulheres que trabalham fora de casa e durante certo tempo terão que conviver com as sequelas da agressão tendo ainda que se rodear de evasivas para explicar a imagem deformada ocasionada pelo trauma facial.

Quem está estudando e pesquisando sobre a violência doméstica tem outro ângulo de evidências para identificar os responsáveis por esses levantamentos acadêmicos. Nesse aspecto, Adelma Pimentel e Roberta Bentes Flores realizaram uma pesquisa virtual no Banco de Teses da Capes, Portal Scielo, Lilacs e Index Psi, produzindo o texto **Violência Psicológica: a produção científica no Brasil de 2000 a 2012**. Nessa investigação, as autoras encontraram 370 publicações, sendo: 60 teses, 233 dissertações e 77 artigos. Para a discussão, foram selecionados 34 trabalhos, aplicando como critério de corte o emprego da expressão “Violência Psicológica”. Revelam que “as teses de doutorado se concentraram na região sudeste, sobretudo em São Paulo, sendo a USP a principal instituição.” Mas apontam indicativos necessários para dar conta dessa classificação e ampliação das demandas dos/as pesquisadores/as em torno de “pesquisa interdisciplinar sobre a violência psicológica”, além de “criação de instrumentos de reconhecimento dos códigos e fronteiras entre a linguagem que desqualifica e a brincadeira verbal”.

Como se observa, todas as discussões apresentadas neste dossiê envolvem estudos recentes de temas candentes sobre a situação vivenciada pelas mulheres vítimas de violência doméstica. Da autoimagem perdida numa face de dor e vergonha pelo trauma físico às observações sobre a cultura da violência nas barras de uma representação social de dependência e submissão, construindo-se o *status quo* feminino modelado nas exigências dos “papéis sexuais”, emergem perspectivas alvíssaras de esperança pela responsabilidade da justiça e das leis com repercussão de políticas públicas para o enfrentamento de episódios de sofrimento físico e moral.